

SIMÍRAME PEREIRA LEITE

**MERCOSUL: Supranacionalidade, Subsidiariedade
e Constituição do Brasil**

**BRASÍLIA
2009**

SIMÍRAME PEREIRA LEITE

**MERCOSUL: Supranacionalidade, Subsidiariedade e
Constituição do Brasil**

Dissertação apresentada como requisito parcial para conclusão do Programa de Mestrado em Direito, área de concentração “Direito das Relações Internacionais”, do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB.

Orientadora: Professora Dra. Samantha Ribeiro Meyer-Pflug

BRASÍLIA

2009

Agradecimentos

À Deus, pelo imenso amor e, especialmente, por ter colocado, em meu caminho, pessoas tão especiais como essas:

Ao UniCEUB – Centro Universitário de Brasília, pelo alto nível do seu corpo docente.

À Coordenação do Mestrado em Direito das Relações Internacionais, na pessoa do Prof. Dr. Marcelo Dias Varella, que nunca me faltou com seu apoio nos momentos em que mais precisei.

À Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR e a CAPES – pela concessão da bolsa, sem a qual esse mestrado não teria sido possível.

À orientadora Profa. Dra. Samantha Ribeiro Meyer-Pflug que sempre, de maneira carinhosa, esteve disposta a me ouvir e orientar.

Ao Prof. Dr. Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros pela atenção e apoio incondicional na pesquisa desse trabalho.

Aos professores do Curso de Mestrado, na pessoa da Professora Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, pela forma carinhosa com que nos transmitia o conhecimento.

Aos colegas de mestrado, com os quais muito aprendi.

Aos servidores da secretaria do Mestrado, na pessoa das servidoras Marley A. Ribeiro e Gigliola Córdova, pela dedicação profissional e atenção sempre cordial a mim dispensada, ao longo desse curso.

Aos servidores da Biblioteca João Herculino, na pessoa do servidor Rodrigo Carvalho, pelo seu atendimento sempre gentil e ao mesmo tempo cheio de comprometimento profissional.

A Sra. Irene, pela revisão cuidadosa, e as palavras de incentivo.

Ao Prof. Luís, grande conhecedor do vernáculo, pela revisão final e as palavras de incentivo e carinho.

À querida Crystine Joranhezon Rodrigues pelas traduções e o apoio logístico imprescindíveis à realização desse trabalho.

“Não voltemos nossos olhares para a América a fim de copiar servilmente as instituições que ela se deu, mas para melhor compreender as que nos convém, menos para aí buscar exemplos do que ensinamentos, antes para tomar-lhe emprestados os princípios do que os detalhes de suas leis.”

Alexis de Tocqueville (1805-1859)

RESUMO

O objetivo desta dissertação é investigar a possibilidade de inserção dos princípios da supranacionalidade e da subsidiariedade no texto da Constituição Brasileira, com vistas à “sujeição” do Estado brasileiro a futuro órgão supranacional do Mercosul, como exercício de soberania interna. Para fundamentar a necessidade de alteração da constituição, primeiramente se analisam os aspectos essenciais da ordem jurídica comunitária; segundo, descreve-se a estrutura do Mercosul, inserido nesse contexto, uma análise da integração no bloco baseada na aplicação do princípio da intergovernabilidade; faz-se também, ao mesmo tempo, uma comparação do desenvolvimento da integração na União Europeia baseada no princípio da supranacionalidade associada ao princípio da subsidiariedade. Com relação ao princípio da subsidiariedade, inicia-se pela sua origem e evolução (na filosofia e na doutrina social da Igreja Católica) até sua aplicabilidade como princípio jurídico constitucional e comunitário. Analisam-se dispositivos constitucionais das constituições da Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil relacionados à integração. Em seguida, faz-se um estudo da aplicação implícita do princípio supranacionalidade e a subsidiariedade na Constituição brasileira. Conclui-se que não há nenhum dispositivo na Carta Brasileira que permita a aplicação do princípio da supranacionalidade em relação a órgão supranacional do Mercosul e que todo o texto constitucional está implicitamente permeado pelo princípio da subsidiariedade. Sugere-se alteração da Constituição Brasileira para inserção do princípio da supranacionalidade e da subsidiariedade, ambos de forma explícita, para que se estabeleça, de fato, a integração comunitária do Mercosul.

Palavras-chave: supranacionalidade; subsidiariedade; Constituição Brasileira.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to investigate the possible connection of the principles of subsidiarity and supranationalism in the text of the Brazilian Constitution, leading to "subject" of the Brazilian futures supranational organism of Mercosul, as an act of internal sovereignty. To accredit the need to amend the constitution, first reviews the key aspects of the Community legal order and second, describes the structure of Mercosul, which was added in this context, as an analysis of integration in the block based on the principle of intergovernmentalism; is also at the same time, a comparison of the development of integration in the European Union based on the principle of supranational associated with the principle of subsidiarity. With regard to the principle of subsidiarity, begins with the origin and evolution (in philosophy and social doctrine of the Catholic Church) to its applicability as a constitutional principle of law and community. It analyzes the constitutional provisions of the constitutions of Argentina, Paraguay, Uruguay and Brazil related to integration. Then, it is a study to apply the principles of supranationalism and subsidiarity in the Brazilian Constitution. We conclude that there is no device in the Brazilian Charter that allows the application of the principle of supranationalism towards supranational organism of Mercosul and the entire constitutional text is implicitly permeated by the principle of subsidiarity. It is suggested amendment to the Brazilian Constitution to insert the principle of supranational and subsidiarity, both explicitly, to establish, in fact, the integration in Mercosul.

Keywords: supranationalism, subsidiarity, the Brazilian Constitution.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCM	Comissão de Comércio do Mercosul
CF	Constituição Federal
CMC	Conselho Mercado Comum
CPC	Comissão Parlamentar Conjunta
FCES	Foro Consultivo Econômico-social
GATT	General Agreement on Tariffs and Trad - Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio
GMC	Grupo Mercado Comum
Mercosul	Mercado Comum do Sul
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PB	Protocolo de Brasília
PIB	Produto Interno Bruto
PICE	Programa de Integração e Cooperação Econômica
PM	Parlamento do Mercosul
PO	Protocolo de Olivos
POP	Protocolo de Ouro Preto
RE	Recurso Extraordinário
SAM	Secretaria Administrativa do Mercosul